

**LEI Nº 3213**

**Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Inciso V do art. 40 da Lei Municipal 2.360 e dá outras providências.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ**, com a Graça de Deus decreta e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar contratação de Pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

**Art. 2º** – As contratações serão feitas, observadas os seguintes cargos e vagas:

<b>I.</b> Professores	150
<b>II.</b> Monitoras	40
<b>III.</b> Auxiliares de Serviços	109
<b>TOTAL</b>	<b>299</b>

**Art. 3º** – O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação.

**Art. 4º** – As contratações serão feitas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período.

**Parágrafo Único** – A Secretaria Municipal de Educação encaminhará à Secretária Municipal de Administração, para controle da aplicação do disposto nesta Lei, cópia dos contratos efetivados.

**Art. 5º** – O vencimento do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixado, em importância não superior constante dos quadros de vencimento do serviço público municipal.

**Art. 6º** – É vedado ao pessoal contratado nos termos desta lei:

- I.** receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivos contratos;
- II.** ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

**Art. 7º** – O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a qualquer indenização:

- I.** pelo término do prazo contratual;
- II.** por iniciativa do contratado;
- III.** unilateralmente, pelo município, se o contratado descumprir as suas obrigações, ou

por motivo de conveniência administrativa ou interesse público.

**Art. 8º** - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

**Art. 9º** – Para ocorrer as despesas resultantes desta Lei utilizar-se-ão recursos de dotações próprias do orçamento vigente.

**Art. 10** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Araxá, 04 de fevereiro de 1997.**

**Ministro OLAVO DRUMMOND – Prefeito Municipal de Araxá**

